

A Marca Coletiva Sabor Serrano: cooperação e especificação de recursos na construção do Desenvolvimento Territorial Sustentável

The Collective Brand Sabor Serrano: cooperation and specification of resources in the construction of Sustainable Territorial Development

Nicolas Wolff de Farias¹

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas (PPGA) na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
nicolaswolff.fariass@gmail.com

Marina Bustamante Ribeiro²

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas (PPGA) na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
marina.b.r@posgrad.ufsc.br

Ademir Antonio Cazella³

Doutor em Science de l'Homme et de la Société. Docente da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
ademir.cazella@ufsc.br

GT7: Desenvolvimento rural, territorial e regional

Resumo

A teoria do *homo economicus* busca explicações para concepção de uma sociedade individualista e racional, motivada pela economia capitalista de acumulação de riquezas e competição, como forma natural de perpetuação da sociedade e de geração de desenvolvimento. Outras abordagens partem da coletividade e da cooperação como principais ferramentas para a promoção de um estilo de desenvolvimento que não priorize apenas a esfera econômica, mas também as dimensões socioambientais. Pesquisas conduzidas a partir de 2019 em territórios catarinenses sobre o enfoque teórico-metodológico da Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST) identificaram as Agroindústrias Familiares (AIF) e marcas coletivas enquanto componentes importantes de uma CBST. Este artigo se refere ao estudo de dezoito AIF usuárias da Marca Coletiva Sabor Serrano e discute seu potencial como instrumento de promoção do Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS) na Serra Catarinense, através da análise da dinâmica de cooperação dos atores envolvidos, utilizando a concepção teórico-metodológica da CBST. O estudo evidenciou o potencial do uso da Marca para a promoção do DTS e como ferramenta promotora de cooperação dos atores locais e ganho de reputação de qualidade territorial de ativos específicos do território. Apesar do potencial, a governança territorial ainda incipiente em torno da Marca é o maior entrave para seu avanço, como também a dificuldade de inserção de segmentos sociais mais fragilizados nas dinâmicas de desenvolvimento.

Palavras-chave: Cesta de Bens e Serviços Territoriais, *homo economicus*, território, governança territorial, agroindústrias

Abstract

The *homo economicus* theory seeks explanations for the conception of an individualistic and rational society, motivated by the capitalist economy of wealth accumulation and competition, as a natural way of perpetuating society and generating development. Other approaches start from collectivity and cooperation as the main tools for promoting a style of development that not only prioritizes the economic sphere, but also the socio-environmental dimensions. Research conducted from 2019 onwards in Santa Catarina territories on the theoretical-methodological approach of the Basket of Territorial Goods and Services (CBST) identified the Family Agroindustries (AIF) and collective brands as important components of a CBST. This article refers to the study of eighteen AIF users of the Sabor Serrano collective brand and discusses its potential as an instrument to promote Sustainable Territorial Development (DTS) in Serra Catarinense, through the analysis of the cooperation dynamics of the actors involved, using the theoretical- methodology of the CBST. The study showed the potential

of using the Brand to promote the DTS and as a tool to promote cooperation between local actors and gain reputation for the territorial quality of specific products in the territory. Despite the potential, the incipient territorial governance around the Brand is the biggest obstacle to its advancement, as well as the difficulty of inserting more fragile social groups in the dynamics of development.

Key words: Basket of Territorial Goods and Services, *homo economicus*, territory, territorial governance, agroindustry

1. Introdução

A economia neoclássica, ancorada na concepção do *homo economicus*, prevê seres humanos individualistas, puramente racionais e egoístas, guiados por suas ambições e interesses próprios. Esse pensamento estimula relações sociais baseadas no utilitarismo, nas quais a busca incessante do lucro pelos proprietários dos meios de produção leva ao esgotamento dos bens comuns, ao colapso social e à degradação do meio ambiente (HARDIN, 1968; OLSON, 1965). Este alicerce é o guia do comportamento hegemônico das sociedades capitalistas na atualidade.

Da mesma forma, essa realidade se materializa na concepção da agricultura “moderna” no Brasil, iniciada a partir dos anos 1960. Segundo Nierdele (2022), a importação do modelo estadunidense trouxe no uso de pacotes tecnológicos, agrotóxicos e concentração de terras, uma modernização conservadora, reproduzindo as mesmas mazelas propagadas pelo pensamento neoclássico econômico. Nesse modelo, a agricultura tradicional e camponesa é marginalizada, o que gera êxodo rural, fome, disputa por terras e desigualdade social, embora integre uma parcela da agricultura familiar na lógica do agronegócio.

Muitos cientistas sociais refutam, a partir de estudos empíricos, o realismo do *homo economicus*, principalmente em contextos locais. Dentre esses pesquisadores, Ostrom (1990) preconiza a cooperação como elemento essencial para a solução de impasses de âmbito administrativo e gerencial de recursos e questões coletivas. A cooperação estabelece a reciprocidade, o altruísmo, a reputação e a confiança como elementos fundantes de sua teorização.

O pensamento do desenvolvimento territorial incorpora as abordagens que se alicerçam na cooperação e nas relações de reciprocidade. O estudo pioneiro de Marshall (1920) sobre os distritos industriais já questionava a lógica hegemônica do desenvolvimento global no início do século passado. Neste modelo, o autor evidencia as vantagens competitivas da formação de aglomerados de empresas locais, denominados *clusters*, onde há uma complementaridade nos serviços oferecidos, além de propiciar uma identidade regional e uma maior visibilidade nos mercados.

Pecqueur (2006a) observa que, na segunda metade do século XX, surge uma nova dinâmica produtiva, ancorada nos territórios rurais, nutrida de uma intensa construção social de atores locais, mercados e reciprocidade. De acordo com Jean (2010), essa abordagem teórica rompeu com uma tradição mais antiga de estudos sobre o desenvolvimento regional, segundo a qual o espaço geográfico é tido apenas como uma questão de escala. O território passou a ser visto como um “recurso para o desenvolvimento”. Trata-se de uma forma de reprodução social que sustenta o desenvolvimento das regiões e costura suas fronteiras (LACOUR, 2000).

No início do século XXI, pesquisadores da *Université Pierre Mendes de Grenoble* (atualmente *Université Grenoble Alpes*), na França, iniciam a formulação de uma abordagem que busca compreender a realidade e formular estratégias de desenvolvimento territorial, que gera uma renda de qualidade territorial a partir da valorização de produtos e serviços específicos



de forma conjunta, protagonizada pelos atores sociais do território. Essa abordagem foi denominada Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST) (PECQUEUR, 2005).

No contexto da realidade brasileira, buscando adaptar o referencial teórico da CBST para a realidade socioeconômica de Santa Catarina, pesquisas vêm sendo realizadas desde 2019. Este estado é caracterizado, no meio rural, pelas pequenas unidades agrícolas familiares. A região da Serra Catarinense, foco deste estudo, não apresenta essa conformação fundiária, devido à sua formação histórica distinta (BRANCO, 2001). Este território é marcado por um processo histórico de ocupação por sesmarias, que se transformaram grandes latifúndios de criação de gado dada a existência de abundantes áreas de campos nativos. Na atualidade, o território delimitado pela Associação de Municípios da Região Serrana (Amures) se destaca, por um lado, pelas paisagens cênicas, produtos agropecuários de alta especificidade e uma rede de atores locais oriundos de diversas origens étnicas, com destaque para as caboclas e europeias. Esses atores ativam recursos específicos e acessam o aquecido mercado do turismo rural da região, recursos e atividades essenciais para a concepção de uma CBST (CAZELLA et al., 2019).

Por outro lado, o território apresenta um avanço do agronegócio, principalmente através da expansão da produção de *commodities* como a soja, milho transgênico e a indústria de papel-celulose com plantios extensivos de *Pinnus* spp. A difusão do agronegócio no planalto serrano gera concentração de terras, fuga de divisas e degradação ambiental (SARTORI, 2021). Essa dinâmica, ligada à ideologia abarcada no conceito do *homo economicus*, contribui para que a região tenha o pior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do estado e uma extrema desigualdade entre os seus municípios.

Contrárias ao avanço da agricultura produtivista e de dinâmicas individualistas, diversas iniciativas foram articuladas e postas em prática na Serra. A constituição do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico, Meio Ambiente, Atenção à Sanidade dos Produtos de Origem Agropecuária e Segurança Alimentar (Cisama) representa uma das experiências exitosas de cooperação a nível institucional e intermunicipal. Por meio do Cisama, em parceria com o Centro Vianei de Educação Popular¹, foi concebido em 2007, a Marca Coletiva Sabor Serrano (MCSS), objeto central da discussão deste artigo.

Com o intuito de adaptar o arcabouço teórico-metodológico da CBST à realidade dos territórios rurais catarinenses, o Laboratório de Estudos da Multifuncionalidade Agrícola e do Território (Lemate/UFSC), vem conduzindo desde 2019 pesquisas sobre o tema. Em 2021, iniciou o projeto “Desenvolvimento Territorial Sustentável: interfaces entre a cesta de bens e serviços, mercados e marcas territoriais”. Tendo como recorte territorial o Extremo-oeste e a Serra Catarinense, a pesquisa busca investigar, a partir de agroindústrias familiares, iniciativas cooperadas que valorizem recursos territoriais específicos, a exemplo do caso da MCSS. Essa marca coletiva representa uma ação estratégica de comercialização pelas AIF (SOUZA, 2021), motivo pelo qual se pretende analisá-la como instrumento de promoção do Desenvolvimento Territorial Sustentável. O enquadramento da mesma como experiência de cooperação em âmbito local e o potencial de uso para a composição de uma CBST no território da Serra Catarinense, são abordagens que complementam a análise.

O artigo está dividido em três seções, além desta introdução e das considerações finais. A primeira apresenta as noções teóricas do enfoque da CBST e da correlação desse enfoque

¹ O Centro Vianei de Educação Popular foi fundado em 1983 como uma entidade da sociedade civil (Organização não governamental) com sede em Lages, Santa Catarina. A partir de 1991 foi criada a Associação Vianei de Cooperação e Intercâmbio no Trabalho, Educação, Cultura e Saúde (AVICITECS), do qual o Centro Vianei é associado. Sua principal área de atuação é a promoção e assessoria da agricultura familiar, agroecologia e da soberania e segurança alimentar (CENTRO VIANEI DE EDUCAÇÃO POPULAR, 2022).

com as agroindústrias familiares. Em seguida, a análise se volta para a caracterização do território e do histórico de construção das experiências de cooperação intermunicipais e da MCSS. Na sequência se aprofunda a discussão sobre a Marca, destacando seu potencial enquanto instrumento de promoção de uma Cesta de Bens e Serviços Territoriais.

2. Cesta de Bens e Serviços Territoriais, cooperação e agroindústrias familiares: contribuições teóricas

2.1. Enfoque da Cesta de Bens e Serviços Territoriais: ativos e recursos, atores e governança territorial

O enfoque da CBST compreende o território de duas formas interligadas. O *território dado* representa o espaço com delimitações claras (muitas vezes institucionais ou administrativas), não levando em consideração as dinâmicas sociais ali inseridas, a exemplo de exemplo bairros, municípios e estados federativos. Já o *território construído* é o resultado da dinâmica contínua dos atores territoriais que, ao construir soluções para os problemas compartilhados através de sistemas de governança, modificam a história, a cultura, a paisagem e os sistemas produtivos (PECQUEUR, 2005). Um território dado pode aninhar diversos e imbricados territórios construídos, no qual a construção do enfoque da Cesta de Bens e Serviços Territoriais está amparada.

Formulado na França, esse enfoque fundamenta-se em processos de diferenciação de produtos e serviços a partir de estudos empíricos realizados em zonas rurais consideradas desfavorecidas do ponto de vista socioeconômico. A "cesta" consiste na valorização de produtos, serviços e da paisagem natural e transformada (patrimônio natural, arquitetônico, histórico e cultural), por meio da articulação de atores sociais de um dado território (PECQUEUR, 2006b). Neste enfoque, uma das principais questões que envolvem os atores sociais é a ativação de recursos e sua especificação. Um ativo compreende um bem ou serviço "em atividade", ou seja, posto em prática e utilizado da melhor forma possível (BENKO; PECQUEUR, 2001). Esses ativos territoriais são gerados por atores locais que buscam soluções para problemas e conflitos intrínsecos ao território e, para tanto, acabam construindo novidades sociotécnicas e organizacionais (MEDEIROS, 2020). Já a noção de recurso se refere a todo bem e serviço em seu caráter virtual, não utilizado ou subutilizado. Ele precisa sofrer a ação dos atores locais, revelando-o, explorando-o ou organizando para torná-lo um ativo, através de uma "metamorfose", que modifica a própria natureza do bem ou serviço.

De acordo com Pecqueur (2001), ativos e recursos específicos são um conjunto de itens tangíveis e intangíveis, que podem ter caráter público e privado, se reforçam em âmbito territorial e tem a capacidade de adquirir uma reputação de qualidade territorial. Em outro trabalho, o autor discorre que eles englobam a oferta de bens, serviços, saber-fazer, cultura e paisagem específicos de um território e sua disponibilização pode ser resultado de um longo processo de acúmulo de experiência, que devem ser apropriados unicamente pelos seus utilizadores (PECQUEUR, 2005). Já os recursos e ativos genéricos são, geralmente, de fácil transferência e seu valor é tomado com o preço monetário obtido no mercado. Estes não possuem exigência quanto a um saber-fazer e independem da ação de atores locais para sua existência. Todo tipo de bem e serviço é passível de ser um recurso, porém para se tornar ativo é necessária a ação dos atores locais. Há a possibilidade também de recursos e ativos genéricos se tornarem específicos, através de um aprimoramento na sua confecção ou realização, ou ao contrário, ativos específicos podem sofrer um retrocesso e se tornarem genéricos (CAZELLA et al., 2020).

Esse último fenômeno foi observado por Ploeg (2016) no caso dos cordeiros de Texel da Holanda. Devido a uma série de problemas, como secas e eventos climáticos extremos,



houve uma transferência genética da raça local para outros países, como a Nova Zelândia. Com isso, toda uma cadeia de atores locais, infraestrutura e de turismo sofreram perdas e a carne do cordeiro de Texel foi comercializada sem lastro territorial no mercado mundial. Novas estratégias tiveram que ser tomadas pelos atores territoriais para a “reativação” da carne no território holandês, como parcerias com o turismo e atores privados, representando uma nova dinâmica de especificação.

Essas dinâmicas custosas e de difícil cristalização são protagonizadas pelos atores locais, que realizam a construção social e cultural do território. Esses atores podem ser funcionários de instituições públicas, lideranças sindicais, associativos, movimentos sociais ou entidades religiosas, indivíduos atuantes da sociedade civil e de organizações não governamentais (PECQUEUR, 2005). Eles são tanto agentes envolvidos em conflitos, quanto protagonistas de resoluções inéditas desses conflitos existentes no território, além de serem capazes de rearranjar recursos, que combinam qualidade e se ancoram num local específico, gerando, o que Mollard (2001)², denominada Renda de Qualidade Territorial (RQT).

A RQT, segundo Pecqueur (2006b) resulta da diferença obtida na venda de um ativo específico que, ao ser comercializado, tem em seu preço um valor atribuído a uma reputação construída pelos atores locais e bens e serviços incorporados nesse produto, para além da simples soma de seus atributos físico-químicos. Sendo uma renda organizacional, a RQT reflete, indiretamente, a capacidade dos atores locais e do próprio território em captar a disposição dos consumidores de pagarem preços mais elevados por aspectos relacionados ao ambiente, à cultura, à história ou ao saber-fazer de uma dada localidade. Sobre este assunto, Cazella et al. (2020) chamam a atenção sobre a possibilidade da RQT resultar, também, do acesso a novos canais de comercialização e ganhar um pouco mais de escala, gerando excedentes fruto da combinação entre qualidade e maior quantidade comercializada.

As relações de proximidade e de confiança traçadas entre os atores locais configuram um ponto central no enfoque da CBST. Milano e Cazella (2022) discorrem que o processo de consolidação de uma Cesta é dinâmico, contínuo e permanente, pressupondo uma coordenação policêntrica entre atores públicos, privados e associativos. Esta coordenação deve ser convergente, solidária e equilibrada, quesitos essenciais para operar um sistema de *governança territorial*. A governança territorial é um processo dinâmico de resolução de problemas de ordem produtiva ou política, quase sempre de forma inédita. É o elo que liga os atores locais e permite a criação de uma qualidade territorial, revelando recursos desativados e permitindo a realização de sua “metamorfose” (PECQUEUR, 2001). As normas desse tipo de governança são, portanto, um conjunto complexo e de fronteiras tênues, especialmente no âmbito da ação socioeconômica, pois não possui um modelo padronizado para aplicação em qualquer território. Cabe a cada conjunto de atores locais estabelecer essas fronteiras, que não podem ser impostas por vias institucionais nem por vias verticalizadas de poder (PECQUEUR, 2001).

O papel do Estado neste arranjo é essencial para a promoção de uma governança territorial democrática, em razão da mediação dos conflitos e da coordenação das ações. Destaca-se ainda as políticas públicas enquanto ação do Estado na governança territorial, que devem direcionar e regulamentar a produção e o consumo de bens e serviços territoriais (PECQUEUR, 2006b). Todo este arcabouço mobilizado resulta na construção de uma oferta compósita de bens e serviços lastreados no território e de especificidades únicas, intitulada Cesta de Bens e Serviços Territoriais. Sua oferta conjunta gera sinergia, o que permite que bens e serviços públicos e privados complementem-se e promovam integração entre os atores locais,

² Mollard (2000) evidenciou em seus trabalhos o surgimento de uma renda de qualidade territorial em estudos empíricos realizados no território de Baronnies, na França, território onde foi observado e concebido o enfoque da CBST.

os quais disponibilizam uma gama de produtos e serviços complementares. Essa oferta combinada à demanda dos consumidores, impulsiona a valorização e a reputação de qualidade do território (PECQUEUR, 2006b).

2.2. *Cooperação e agroindústrias familiares: rumo ao Desenvolvimento Territorial Sustentável em territórios rurais*

As limitações do *homo economicus* tiveram suas primeiras evidências empíricas através da economia experimental e comportamental, nos chamados “jogos comportamentais”. Neles, experimentos eram realizados de forma que os participantes demonstrassem preferências entre o comportamento egoísta e individualista ou o comportamento altruísta e cooperativo (MCMASTER; NOVARESE, 2016). No século XIX, essa teoria teve seus primeiros sinais de desgaste apontados por estudiosos liberais como John Maynard Keynes e Herbert Simon, considerados seus primeiros críticos. Segundo Simon (1979), o raciocínio lógico é afetado por um poderoso fluxo de informações e emoções que não podem ser premeditadas, colocando em xeque o uso dessa teoria enquanto um postulado.

Apesar do consenso científico que o *homo economicus* é uma teoria falha, ainda persiste uma extraordinária influência na defesa do individualismo e do utilitarismo, em oposição ao altruísmo, como formas de perpetuação do ser humano nos dias atuais (FLEMING, 2017). Persiste uma disputa no campo teórico sobre a superioridade dos comportamentos individualistas e competitivos perante o altruísmo e a cooperação (MAYR, 2001). Esse ideal foi difundido por economistas neoclássicos, para quem a teoria do *homo economicus*, que coloca o ser humano como um ser social ultrarracional e egoísta, é a única conformação capaz de assegurar o sucesso dos indivíduos em uma comunidade.

Observações na própria natureza, demonstram que o comportamento altruísta pode ser muito positivo para a sobrevivência e a perpetuação dos indivíduos de um conjunto (MAYR, 2001). Nos primeiros estudos sobre o altruísmo, Auguste Comte teoriza-o como uma ação que gera benefício para quem a recebe, mas custa algo para quem a exerce, sendo o oposto à conduta egocêntrica (COMTE, 1830). Essa definição exclui todos os atos de generosidade e solidariedade de baixo custo prático, essenciais para a manutenção da coesão social das comunidades e centrais em uma dinâmica de cooperação.

Além do altruísmo, existe um movimento de reciprocidade presente entre grupos organizados de um território, onde atores sociais constroem laços de amizade e confiança, facilitados por uma proximidade geográfica, cultural e de interesses comuns, que conduz os indivíduos à prática da ajuda mútua. A cooperação corresponde ao ato de cooperar ou operar simultaneamente, trabalhar em comum e colaborar em prol do fortalecimento coletivo (JESUS; TIRIBA, 2004). Toda essa dinâmica de cooperação pode ser observada na construção dos territórios rurais e de sua governança.

Iniciativas de Desenvolvimento Territorial Sustentável têm íntima relação com a cooperação, pois os indivíduos em cooperação atuam como efetivos agentes de desenvolvimento em um território (BÚRIGO, 2007). A convergência entre o cooperativismo e o DTS ocorre a partir do momento no qual “o cooperativismo faz emergir democraticamente processos de desenvolvimento local, que ao integrar nos respectivos territórios, possibilitam a construção de um novo padrão de desenvolvimento, mais humano e solidário” (IGNÁCIO; SOUZA, 2008, p. 60).

Facilitada por instrumentos de coesão entre atores, a exemplo de uma Marca Coletiva Sabor Serrano³, há um latente campo de ação com grande possibilidade de fortalecimento de laços de confiança, de consolidação de sistemas de governança territorial e de ganho de reputação de qualidade territorial. Nesse ponto está situado o entrelaçamento sinérgico entre a teoria da cooperação e o enfoque da CBST. Para contextualizar os atores territoriais relacionados com a MCSS, é necessário evidenciar o conceito de agroindústrias familiares. Gazolla (2013) discorre sobre o “tipo ideal” de AIF, dotadas de atributos específicos inerentes à sua classificação como categoria. Essas unidades caracterizam-se pela produção e o gerenciamento feitos pela família, autocontrole da base material de produção, operação em pequena ou média escala de produção com qualidade diferenciada e dotada de especificidades, agregação de valor à matéria prima produzida na unidade produtiva através da transformação e comercialização para mercados de proximidade social ou territoriais (GAZOLLA, 2013).

É evidente que esses atributos dificilmente vão ser encontrados em conjunto num mesmo empreendimento da AIF, pois o mais comum é observar um arranjo dos mesmos (GUIMARÃES; SILVEIRA, 2010). Dessa forma, é possível deparar-se com agroindústrias que estão mais próximas desse tipo ideal e outras que se diferem de boa parte desses quesitos, o que não as exclui do enquadramento como AIFs.

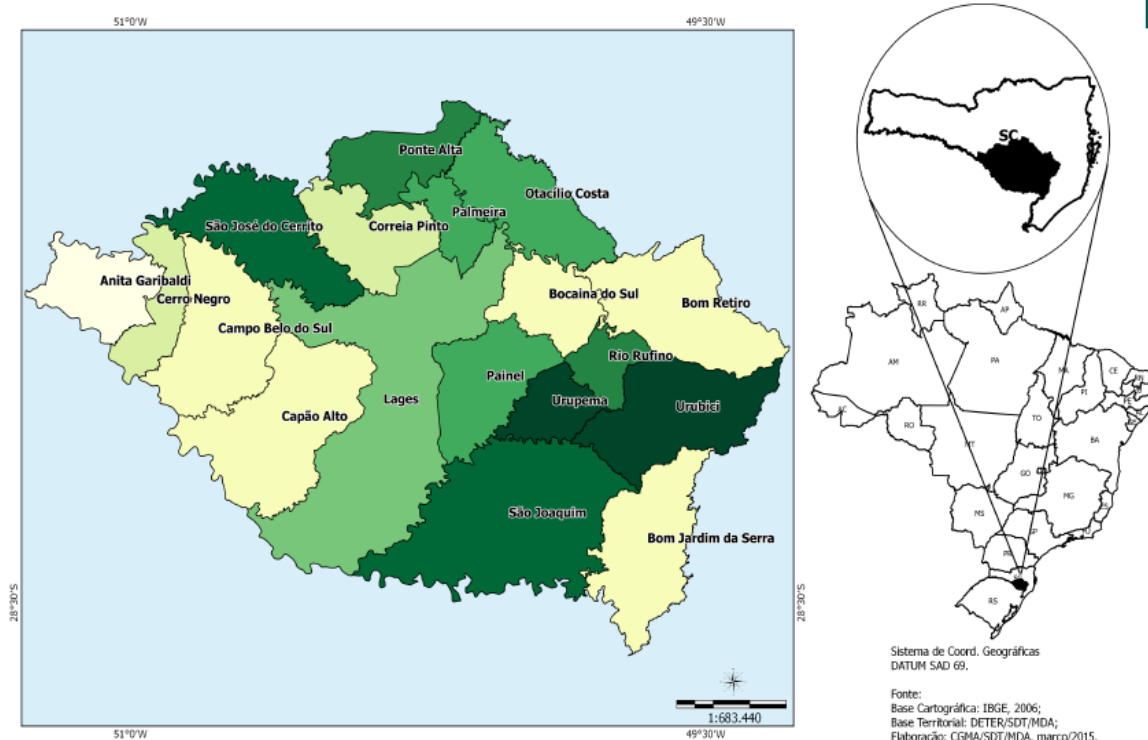
3. Serra Catarinense e institucionalidades da MCSS

3.1. A Serra Catarinense

A Serra Catarinense, localizada no Centro-Sul do estado, é composta por 18 municípios (Figura 1): Anita Garibaldi, Bocaina do Sul, Bom Jardim da Serra, Bom Retiro, Campo Belo do Sul, Capão Alto, Cerro Negro, Correia Pinto, Lages, Otacílio Costa, Paineira, Palmeira, Ponte Alta, Rio Rufino, São Joaquim, São José do Cerrito, Urubici e Urupema (IBGE, 2017).

Figura 1 - Localização e municípios da Serra Catarinense

³ Para Turnes, Cazella e Sampaio (2021), a existência de uma marca coletiva pressupõe governança e um conjunto de regras a serem seguidas por seus integrantes. Por meio de uma associação, a marca coletiva enquadra atores privados em um conjunto de normas e agrega-os em uma coletividade de caráter abrangente.



Fonte: Perfil Territorial CGMA, 2015.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) médio da região é 0,679, com municípios atingindo valores entre 0,621 (Cerro Negro) e 0,770 (Lages). Cerro Negro é o município com o IDHM mais baixo do estado e outros municípios como São José do Cerrito, Campo Belo do Sul, Bocaina do Sul e Rio Rufino estão entre os 10 mais baixos de Santa Catarina (IBGE, 2017). Esta desigualdade pode gerar uma inserção dos atores mais privilegiados nas dinâmicas de desenvolvimento, o que explica o fato de alguns municípios apresentarem dados com grau elevado de sinergismo entre turismo e desenvolvimento, enquanto outros têm alto grau de pobreza e êxodo rural.

Na produção agrícola destacam-se as culturas anuais de milho, feijão, soja, cebola, tomate, batata, fumo e trigo no território. O cultivo da maçã apresenta relevância e está presente em quinze dos dezoito municípios da Serra, compreendendo 31,7% da área nacional, com destaque para o município de São Joaquim. Cabe ressaltar a produção de bovinos e ovinos, que representa, respectivamente, 14% e 20% do total produzido em Santa Catarina (SARTORI; MAGNANTI, 2021).

A monocultura de pinus é, hoje, um grande entrave para o desenvolvimento sustentável do território, pois promove o processo de desagregação e descaracterização das comunidades rurais, afetando a qualidade ambiental e a ocupação do território. Empresas como a Klabin ocupam vastas áreas com maciços de reflorestamento e promovem o êxodo dos agricultores familiares que produziam alimentos. Como este setor é a base de sustentação econômica de parte do território, torna-se difícil a competição com as grandes empresas de madeira, papel e celulose (SARTORI, 2021).

Por fim, outra ameaça que avança no território é a especulação imobiliária. Com a crescente notoriedade turística de municípios como Urubici, Bom Jardim da Serra e São Joaquim cresce também a especulação no preço da terra e o mercado imobiliário de chácaras, condomínios rurais e casas de campo. Caso semelhante foi evidenciado no território da Serra

Gaúcha, território com características próximas às da Serra Catarinense (LAVANDOSKI et al., 2012).

A pressão exercida por esse fenômeno tende a aumentar o êxodo rural de pequenos agricultores desses municípios, causando a diminuição do número unidades produtivas, entrave para a reprodução social da agricultura familiar no território. Comparando os dados do IBGE de 2006 e 2017 é possível observar uma redução dos estabelecimentos agropecuários em diversos municípios, principalmente nas regiões onde predomina o clima frio e o turismo tem se fortalecido (Quadro 1). Nos municípios onde o turismo rural está em evidência, percebe-se uma maior redução no número de estabelecimentos agropecuário.

Quadro 1: Variação do número de estabelecimentos agropecuários do período 2006-2017 em municípios da Serra Catarinense.

Município	2006	2017	Diferença	Variação (%)
Anita Garibaldi	1397	1343	-54	-3,9
Bocaina do Sul	510	607	+97	+19
Bom Jardim da Serra	818	669	-149	-18,2
Bom Retiro	625	750	+125	+20
Campo Belo do Sul	925	1040	+115	+12,4
Capão Alto	505	710	+205	+40,6
Cerro Negro	719	791	+72	+10
Correia Pinto	616	884	+268	+43,5
Lages	889	1389	+500	+56,2
Otaécilio Costa	341	508	+167	+49
Painel	502	633	+131	+26,1
Palmeira	318	520	+202	+63,5
Ponte Alta	501	409	-92	-18,4
Rio Rufino	356	306	-50	-14
São Joaquim	2438	2360	-78	-3,2
São José do Cerrito	2154	2063	-91	-4,2
Urubici	884	658	-226	-25,6
Urupema	385	322	-63	-16,4

Fonte: IBGE/SIDRA - Censos Agropecuários 2006 e 2017.

3.2. Amures, Consórcio público intermunicipal e a Marca Coletiva Sabor Serrano

A Associação dos Municípios da Região Serrana (Amures), fundada em 1968, foi a quinta associação de municípios criada no estado de Santa Catarina. A organização contou com a liderança dos prefeitos de Lages e São Joaquim, apoiados pela antiga Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul e por empresários locais. Tendo sido concebida para o fortalecimento político, de forma coletiva, dos municípios frente ao centralismo federal imposto pela Ditadura Militar (MARQUES, 2003), hoje, a Amures busca o desenvolvimento e a integração entre os municípios que a compõem, revelando uma experiência resiliente e exitosa de associativismo na esfera intermunicipal.

Por sua vez, o Consórcio Intermunicipal Serra Catarinense (Cisama), foi criado em 2009 a partir de um plano elaborado pelo Centro Vianei de Educação Popular, Organização Não Governamental (ONG), em parceria com a Amures. De caráter multifinalitário, o Cisama busca promover o desenvolvimento no território onde atua de maneira articulada e cooperada entre

municípios consorciados, entidades públicas, privadas e sociedade civil. A construção do Cisama teve o intuito de facilitar a captação de recursos federais para os pequenos municípios da região utilizarem nas áreas de competência da entidade (SOUZA, 2021). Essa iniciativa mostra a necessidade da extrapolação dos limites municipais para tomar ações e políticas públicas em âmbito territorial (MILANO, 2021).

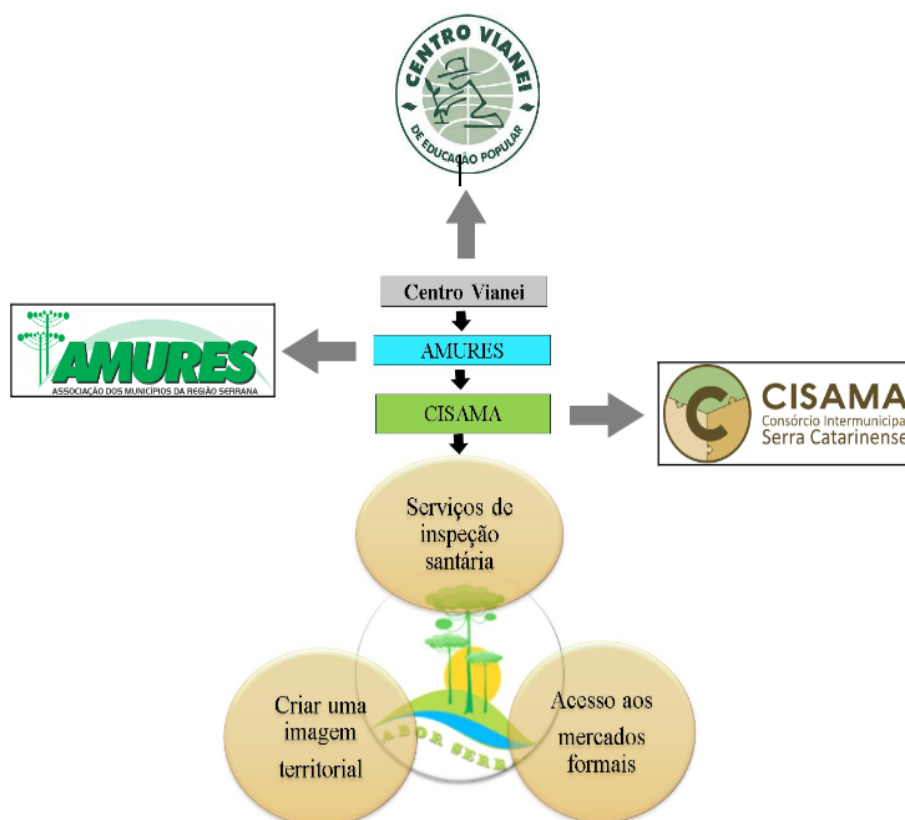
A criação da MCSS começou em 2007 pelo Centro Viane e o Cisama, com o propósito de facilitar a adesão das agroindústrias familiares da região serrana ao Sistema de Inspeção Municipal (SIM), com equivalência ao Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA) (SOUZA, 2021). Tendo o amparo jurídico para atuar na área de sanidade de produtos de origem animal, o Cisama tem entre seus funcionários uma médica veterinária e 17 profissionais com esta mesma formação socioprofissional contratados pelas prefeituras dos municípios associados. O Programa de Atenção à Sanidade Agropecuária, promovido pelo Cisama, foi o primórdio necessário para essa ação que hoje atende cerca de 100 produtores (CISAMA, 2020).

A MCSS foi inspirada em experiências exitosas existentes na região sul do Brasil, com destaque para a Marca Coletiva Sabor Colonial (MCSC), utilizada por AIFs da região Oeste de Santa Catarina. A Associação dos Pequenos Produtores do Oeste Catarinense (APACO) é titular da MCSC, criada em 2000, com intuito de difundir alternativas produtivas para a agricultura familiar que estava à margem das principais cadeias agropecuárias (BADALOTTI, 2003). A MCSC tem entre seus principais objetivos o fortalecimento de um modelo de agricultura baseada na produção familiar agroecológica e na promoção da cooperação entre os produtores do extremo oeste catarinense (TECCHIO et al., 2022). Atualmente, a Sabor Colonial é gerida pela sociedade civil organizada e certifica ativos específicos mobilizados pelas agroindústrias da região oeste de Santa Catarina, indo ao encontro com um dos princípios do enfoque da CBST.

Os primeiros contratos de prestação de serviço de inspeção realizados pelo Cisama, ocorreram em 2012, tendo sido estabelecidos com o Programa de Desenvolvimento da Agricultura Familiar pela Agregação de Valor, coordenado pelo Consórcio. O programa batizado “Desenvolver Serra” tinha o intuito de gerir os serviços de inspeção, construir uma identidade de qualidade para as AIF da região de abrangência da Amures e promover a agregação de valor aos produtos fabricados, com vistas a melhoria da qualidade de vida das famílias à frente das agroindústrias (CHECHI, 2022). Atualmente, o programa promove diversas atividades em torno da Serra Catarinense e vem desempenhando um papel fundamental para as pequenas agroindústrias do território.

A criação da MCSS, da qual o Cisama é titular, reuniu três propósitos principais: i) prestar serviços de inspeção sanitária para produtos de origem animal e vegetal; ii) assistir as AIFs de forma a promover o acesso a mercados formais e políticas públicas de aquisição de alimentos e iii) criar uma identidade de qualidade territorial aos produtos fabricados na região (SOUZA, 2021), conforme sintetizado na Figura 3. No ano de 2020, após treze anos de sua criação, cerca de 70 agroindústrias estavam cadastradas na base de dados do Cisama como integrantes da Marca.

Figura 3 - Principais atores e propósitos da MCSS



Fonte: Adaptado de Souza (2021).

Em síntese, através da criação e utilização da MCSS é possível observar as relações de desenvolvimento territorial que se sustentam pela governança estabelecida pelo Cisama e revelam cooperação entre organizações públicas e privadas. Associada ao enfoque da CBST, que busca dar visibilidade aos recursos territoriais, a marca coletiva se consolidou como uma oportunidade de geração de RQT. No detalhamento a seguir, será possível compreender os desdobramentos dessa iniciativa.

4. Enquadramento da MCSS no enfoque da CBST: Especificação de recursos e promoção da cooperação

A Serra Catarinense é um território repleto de especificidades, com um aquecido mercado do turismo rural em diversas localidades, produtos de qualidades organolépticas únicas e uma paisagem cênica que circunda todos esses bens e serviços, cenário ideal para a construção de uma CBST. Estudos conduzidos neste território demonstram o potencial de deflagração de processos de DTS através da especificação de recursos em ativos territoriais (CAZELLA et al., 2019). No caso específico da MCSS, diversos atores locais estão à frente de agroindústrias familiares, que realizam o processamento de recursos específicos do território, transformando-os em ativos específicos. Sua comercialização é realizada em diversos mercados e respectivos canais, com a possibilidade de venda nos municípios da Amures.



A pesquisa⁴ realizada no território de abrangência da Amures em 2022, coletou informações de uma amostra de trinta agroindústrias, de um universo de 96 empreendimentos. Para o inventário do total de AIF formalizadas existentes no território foi realizado o levantamento das AIF e suas respectivas produções com os dezoito escritórios da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri). A solicitação junto aos técnicos era de que as AIF tivessem prioritariamente mão de obra familiar e fossem legalizadas ou com condições de ser. Para constituir a amostra da pesquisa foi realizada uma estratificação dos municípios e das categorias de AIF, com intuito de contemplar a diversidade das experiências. Assim, a estratificação em categorias levou em consideração:

- a. A demografia dos municípios: a1) até 5.000 habitantes; a2) 5.001 à 10.000 habitantes; a3) maior que 10.000 habitantes;
- b. Os produtos processados ou transformados, em categoria e subcategoria: b1) produtos de origem animal: lácteos; carnes e processados de carne; mel e ovos; b2) produtos de origem vegetal: beneficiados e minimamente processados; b3) panificados: pães, bolachas,ucas e salgados; b4) bebidas: sucos e vinhos; b5) diversificado: mais de um produto ou não enquadráveis em categorias anteriores, a exemplo de sorvetes; granola; cogumelos.

Após a estratificação das AIF, foi realizado um sorteio para compor uma amostra aleatória intencional, contemplando com, pelo menos, uma agroindústria de todas as categorias de demografia e subcategorias de produtos. Foram utilizados como ferramentas de pesquisa questionários semiestruturados, tabelas quantitativas de produtos fabricados e seus canais de comercialização e diários de campo.

Buscou-se levantar dados sobre o perfil dos gestores e trabalhadores, funcionamento das agroindústrias familiares, os diferenciais de qualidade de seus produtos, tipos de mercados construídos e acessados, marcas coletivas e demais formas de cooperação existente, bem como as contribuições dessas iniciativas na construção de um modelo de desenvolvimento segundo os preceitos da CBST. A partir da amostra, observou-se que dezoito AIF utilizavam a Marca Coletiva Sabor Serrano, as quais serão aqui analisadas.

Farias (2022) tipificou o perfil dessas agroindústrias usuárias da Marca em quatro categorias: agroindústrias que processam ou beneficiam⁵ mel, panificados, queijo artesanal serrano (QAS) e vegetais. Complementar a essa categorização, a pesquisa realizada encontrou outros produtos também usuárias da marca, como as AIF de sorvete, processados de carne, cogumelos e ovos. Apesar de suas especificidades, todos esses empreendimentos configuram iniciativas de agregação de valor a recursos e ativos, entregando qualidade nos produtos comercializados e lastro territorial.

As agroindústrias produtoras de mel têm no mel de melato de bracinga seu produto mais valorizado e estão organizadas através da Federação das Associações de Apicultores e Meliponicultores do Estado de Santa Catarina (FAASC). Ativo específico do território da Serra,

⁴ Pesquisa vinculada ao projeto “Desenvolvimento Territorial Sustentável: interfaces entre a cesta de bens e serviços, mercados e marcas territoriais”, cujo objetivo é aprofundar a análise sobre as agroindústrias familiares, por representarem um componente da CBST, mobilizando recursos e mercados territoriais.

⁵ O *processamento* de alimentos consiste na transformação da natureza de um produto através da trituração, moagem, corte ou cozimento, como é o caso do pinhão cozido, descascado ou moído. Por outro lado, o *beneficiamento* não altera a sua natureza, mas agrega ao produto uma etapa de aprimoramento como a limpeza, separação, descasque e embalagem, como é o caso do feijão em grãos, que é apenas retirado da vagem, limpo e embalado.

o mel de melato possui uma Identificação Geográfica (IG)⁶, conquistada em julho de 2021, com apoio da Epagri, Sebrae, UFSC e MAPA (FAASC, 2021). Outro signo distintivo do mel é o “Selo Arte”⁷, que desperta o interesse de consumidores locais, turistas e estabelecimentos privados na região. Estas certificações contribuem para o reconhecimento da qualidade do produto e permite que sejam comercializados em diferentes canais dentro e fora do território da Amures, como pode ser visto abaixo (Figura 2a). As AIF pesquisadas comercializam o produto através de feiras, festas típicas, mercearias, pequenos e médios supermercados, mercados institucionais, pontos de venda na propriedade, pontos turísticos e em pontos de venda em parceria com o consórcio intermunicipal.

O queijo artesanal serrano (Figura 2b), fabricado com leite cru, é outro notável ativo específico da região que também teve uma IG, aprovada em 2020, e se configura como um produto valorizado por consumidores e turistas. A Associação de Produtores de Queijo Artesanal Serrano da Serra Catarinense (APROSERRA) é a principal entidade que reúne produtores no território. Por se tratar de um queijo produzido a partir de leite cru, seu comércio ocorre tanto na formalidade quanto na informalidade, pois diversos produtores do QAS encontram na legislação grandes dificuldades para legalizarem seus estabelecimentos. Para a obtenção de selos de qualidade, há a necessidade de diversas adequações, acarretando no aumento do custo de produção.

A categoria de panificados fabricam pães, bolachas, broas e massas caseiras e tem as mulheres como responsáveis, sendo em dois terços dos casos todas as atividades de processamento realizadas de forma individual. As características dos produtos possuem menor apelo específico e diferenciado, sendo comercializados no próprio município, em supermercados, mercados institucionais, porta a porta ou no respectivo estabelecimento de produção. Apesar de utilizar insumos genéricos na fabricação, com destaque para o trigo, trazem nas receitas o saber-fazer artesanal e familiar e prezam pelo bom atendimento aos consumidores, a qualidade dos insumos e o aspecto visual (Figura 2c).

O último grupo de AIFs pesquisado contempla o processamento ou beneficiamento de vegetais, as quais englobam os produtores de morango, feijão e pinhão (descascado e moído). O pinhão, ativo específico do território, é utilizado em diversas receitas típicas como a paçoca e o entrevero e seu processamento garante a oferta deste produto na entressafra (Figura 2d). Possuem menores condições materiais de infraestrutura que outras categorias, visto que três quartos das iniciativas fazem o processamento ou beneficiamento dentro das dependências da residência. Os que processam e comercializam com a Marca a utilizam de forma a agregar valor e preço a seus produtos, acessando mercados formais como supermercados e o PNAE.

Figura 2 –Produtos produzidos pelas categorias de AIF usuárias da MCSS

⁶ Segundo o INPI (2022), Indicação Geográfica (IG) é uma marca que é conferida a um produto ou serviço que apresenta qualidades únicas derivadas do *terroir* ou do saber-fazer, podendo ser classificadas como Indicação de Procedência (IP) e Denominação de Origem (DO).

⁷ Segundo o Governo Federal, o “Selo Arte” é um certificado que assegura que o produto alimentício de origem animal foi elaborado de forma artesanal, com receita e processo que apresentem características tradicionais, regionais ou culturais. Por intermédio da certificação, assegura-se que o produto atestado possui propriedades organolépticas únicas, diferenciadas, seja produzido de maneira artesanal própria de determinada região, tradição ou cultura e que adota procedimentos de Boas Práticas Agropecuárias.” (BRASIL, 2022)



Fonte: Pesquisa de campo, 2022.

Mediante os principais objetivos do Cisama e do programa “Desenvolver Serra”, diversos serviços são prestados para auxiliar as AIF para alcançar formalização, ganhar reputação de qualidade e acessar canais de comercialização cada vez mais diversos. O serviço de inspeção sanitária que permite a utilização do Selo de Inspeção Municipal auxilia as iniciativas na comercialização de seus produtos em todo o território da Amures, ampliando a oferta de canais de comercialização. Como principais formas de cooperação entre o Cisama e as agroindústrias, é possível citar o auxílio à adequação sanitária, por meio da prestação de serviços de profissionais médico veterinários vinculados às prefeituras municipais e coordenado pelo Consórcio.

O Cisama também oferece o serviço de rotulagem dos produtos da Marca, gerando um selo padronizado e com design concebido para a marca coletiva. Além disso, promove e organiza eventos como concursos gastronômicos, congressos da Cozinha Catarinense e



Gastronomia Raízes e feiras típicas nos municípios da região. Uma iniciativa recente que vem gerando resultados positivos é o ponto de vendas dentro do mercado público do município de Lages, coordenado pelo Cisama e alguns gestores das AIF. Essa iniciativa visa oportunizar a comercialização de produtos que utilizam a MCSS. Trata-se de mais uma ação de cooperação no território, mobilizando atores das agroindústrias em um espaço físico, gerando difusão dos produtos fabricados, das agroindústrias e da própria Marca (CISAMA, 2020).

Através desse ponto de venda, esses gestores praticam a intercooperação e parcerias garantindo porcentagem das vendas para o gestor que permanece na banca no ofício da comercialização. Todo esse arranjo é discutido e acordado com os representantes das AIF interessados na comercialização de seus produtos na banca, visto que não há a obrigação para tanto. Com isso, os gestores auxiliam uns aos outros a alavancar seus produtos, oportunizando prestígio dentro do território.

Além da cooperação entre atores que utilizam a MCSS e destes com o Cisama, existe colaboração de outras organizações. Este fato é evidenciado pela participação em festas típicas da região, como é o caso da Festa do Pinhão, evento que ocorre anualmente no município de Lages. Neste evento, há comercialização de produtos da região, contando com a banca do mel e a banca do pinhão processado, ambas com participação de agroindústrias da marca coletiva na venda de ativos específicos do território, divulgando a MCSS e reforçando a cultura e tradição territorial.

O turismo, setor de grande importância na serra catarinense, também mobiliza e coopera junto com alguns empreendimentos usuários da Marca. Através dos dados qualitativos levantados nas conversas durante a aplicação do questionário, gestores das AIF de embutidos cárneos e de mel de melato relataram estabelecer relações de fidelidade na comercialização à hotéis da região, que oferecem seus produtos em seus *buffets* de café da manhã e para venda no local. Essas parcerias, segundo os gestores, são realizadas devido à valorização de seus produtos. Isso faz com que as AIF busquem conceber inovações nos produtos, compatíveis à oferta em cafés da manhã (tamanho de embalagem, rotulagem e diversidade) e em troca obtém fidelidade pela confiança conquistada.

Por fim, a participação de produtores em associações de produtores e sindicatos tende a auxiliar as questões produtivas, normativas, regulatórias, de comercialização e de organização dessas iniciativas. Alguns gestores de AIF integrantes da MCSS, se articulam nessas organizações, indicando um protagonismo nas ações e discussões realizadas. Essa situação fica evidente na APROSERRA e na FAASC, que contam com papel ativo de gestores das agroindústrias que utilizam a marca coletiva. Destaca-se que existe uma participação maior de organizações de AIF que possuem signo distintivo, muito em razão de fortalecer sua produção e comercialização. Porém, de forma geral, ainda é incipiente a participação mais representativa dos usuários da marca na sua gestão, de forma a discutir a inclusão de outros produtores de bens e serviços, fortalecer a parceria com o poder público e outros setores associativos e privados.

5. Considerações finais

É evidente o potencial de promoção do desenvolvimento territorial sustentável no território da Serra Catarinense. O turismo rural em expansão, a beleza cênica das paisagens, os produtos típicos e a rede de atores locais fazem deste território potencial promotor de uma dinâmica de Cesta de Bens e Serviços Territoriais. Apesar desse potencial, tem sido afirmado por alguns pesquisadores (CAZELLA et al, 2019; SOUZA, 2021; FARIAS, 2022) que este processo ainda está em estágio embrionário. Isso se revela na escassa oferta conjunta de ativos específicos dentro das diversas iniciativas privadas e a falta de articulação entre os bens e serviços no território.

A Marca Coletiva Sabor Serrano figura como uma ferramenta importante para a inclusão de pequenos empreendimentos na dinâmica da CBST. Um dos principais desafios do enfoque da Cesta no Brasil reside na inclusão dos menos favorecidos nas dinâmicas de desenvolvimento. Através da cooperação entre Cisama, prefeituras e atores locais em torno da Marca, a inclusão de agroindústrias familiares de pequeno porte torna-se possível e permite que seus produtos de qualidade diferenciada sejam comercializados em canais formais, o que permite maior prestígio e valor agregado.

A articulação dos gestores das AIF integrantes da marca coletiva com o Cisama representa um potencial na promoção da cooperação no território. Por sua vez, a cooperação entre as AIF e entre atores de fora da Marca é capaz de produzir ótimos resultados na divulgação e na geração de renda para essas famílias. O ponto de venda no box do mercado público de Lages é a uma ação promissora do Consórcio e prova que a cooperação tem grande potencial de alavancar a reputação dos produtos da MCSS e ofertar alimentos de qualidade a preços justos à população.

Apesar das ações assertivas, ainda há alguns entraves a serem solucionados, principalmente no que tange à individualização das agroindústrias e ao amparo prestado pelo Cisama, particularmente após a entrada da AIF na Marca. A princípio, o trabalho do Consórcio com os produtores é mais incisivo na etapa de apoio às adequações de estrutura e legislação, pecando em manter uma relação mais rotineira, pois muitas dúvidas e desistência ocorrem por falta de acompanhamento. Ainda se observa a falta de apoio das prefeituras, tanto para oferecer estruturas mais adequadas para comercialização, quanto possíveis suporte técnico. Apesar de algumas iniciativas bem organizadas, a ampla maioria das AIF estão desarticuladas e não acessam as principais dinâmicas de comercialização e divulgação oferecidas pelo território (FARIAS, 2022).

Essa desarticulação se reflete também na gestão da marca coletiva, havendo uma passiva participação dos agentes privados na governança em torno da MCSS. Toda a gestão e operacionalização da marca é realizada pelos atores públicos do consórcio, configurando uma fragilidade que deve ser superada com estratégias de governança descentralizada e participativa. Os próprios usuários do signo distintivo têm muito a contribuir com a iniciativa, a partir das suas observações no campo da comercialização e relações com consumidores.

Um dos impactos na promoção de uma CBST na qual o cenário ambiental deve estar preservado, se refere à especulação imobiliária nos municípios turísticos. Esta vem crescendo e modificando completamente o arranjo socioeconômico do território. Persiste ainda na pluralidade dos municípios, o agronegócio, com a expansão da soja e as grandes indústrias de papel e celulose que dominam a economia da região (SARTORI, 2021). O arrendamento de terras e a busca por trabalho nas grandes agroindústrias e serviços urbanos têm promovido ainda mais o êxodo rural dos mais jovens. Estes saem para estudar e só retornam à unidade familiar se perceberem que há uma oportunidade que lhe garanta futuro financeiro, colocando em risco a continuação das iniciativas. Outro aspecto está no envelhecimento da população do campo e no endividamento das famílias, ocasionando situações de fragilidade social. Estes quando bem amparados, com conhecimento de que haverá sucessão, tendem a investir mais nas atividades de processamento, garantindo a reprodução social das AIF.

Há uma clara necessidade de que atores institucionais como o Cisama, as prefeituras, a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina, o Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa e o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, somem forças para fortalecer o DTS no território, em oposição ao avanço do agronegócio. Políticas públicas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar, o Programa de Aquisição de Alimentos, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural, são exemplos de ações de financiamento que promovem agregação de

valor de produtos agropecuários, como é o caso das agroindústrias. Assim é possível mobilizar recursos para agricultura familiar poder diversificar a renda.

Por fim, novos estudos abordando especificamente a questão da governança territorial envolvendo a MCSS devem ser realizados. Os temas das cooperativas e dos atores institucionais, inclusões essenciais para o avanço teórico e empírico no estudo da serra catarinense, representam uma lacuna acadêmica. Novos trabalhos devem elencar as principais alternativas capazes de gerar inclusão social e promover uma verdadeira dinâmica de Cesta de Bens e Serviços Territoriais no território, usando como ferramenta facilitadora a cooperação entre os atores para o fortalecimento da governança territorial policêntrica e participativa.

6. Referências

BADALOTTI R. M. A. **A cooperação agrícola e a agroecologia como base para a viabilização da agricultura familiar no oeste catarinense:** o papel da APACO (Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense) e demais agentes sociais. 2003. 387 f. Tese BENKO, G.; PECQUEUR, B. Os recursos de territórios e os territórios de recursos. **Geosul**, Florianópolis, no 32, v.16, p. 31-50, 2001.

BRANCO, J. S C. **Alemães em Lages:** uma trajetória de conflitos e alianças guardadas pela memória. 2001. 177 f. Dissertação (Mestrado em História Cultural) - - Programa de PósGraduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2001.

BÚRIGO, F. L. **Cooperativa de crédito rural:** agente de desenvolvimento local ou banco comercial de pequeno porte? Editora Argos, Chapecó, 2007.

CAZELLA, A. A. As bases sociopolíticas do desenvolvimento territorial: uma análise a partir da experiência francesa. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 13, p. 5- 27, 2008.

CAZELLA, A. A.; MEDEIROS, M.; PAULA, L. G. N.; DESCONSI, C.; SCHNEIDER, S. O enfoque da Cesta de bens e serviços territoriais: seus fundamentos teóricos e aplicação no Brasil. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v.16, no 3, p. 179-192, 2020.

CAZELLA, A. A.; PAULA, L. G. N.; MEDEIROS, M.; TURNES, V. A. A construção de um território de desenvolvimento rural: recursos e ativos territoriais específicos. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 24, no 3, p. 49-74, 2019.

CENTRO VIANEI DE EDUCAÇÃO POPULAR (Lages). **Centro Vianei de Educação Popular**. 2022. Disponível em: <http://vianei.tecnologia.ws/site/>. Acesso em: 27 mar. 2023.

CHECHI, L. A.; SOUZA, L. M.; TECCHIO, A.; CAZELLA, A. A. Constituição e Governança de Marcas Coletivas: o estudo de caso de duas experiências brasileiras. In: 60º Congresso da Sociedade Brasileira De Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER, 60., 2022, Natal. **Anais [...]**. Natal: Sober, 2022. p. 1-19.

CISAMA. **CISAMA:** cooperação para melhoria dos serviços públicos. Cooperação para melhoria dos serviços públicos. 2020. Disponível em: https://amures.org.br/uploads/1521/arquivos/1750828_cisama.pdf. Acesso em: 15 fev. 2023.

COMTE, Auguste. Curso de Filosofia Positiva. Em: Os Pensadores. Tradução de José Arthur Giannotti. 2.ed. São Paulo : Abril Cultural, 1983.

FARIAS, N. W.. **A Marca Coletiva Sabor Serrano e as agroindústrias familiares da Serra Catarinense**: do acesso aos mercados formais à construção de uma imagem territorial. 2022. 30 f. TCC (Graduação) - Curso de Agronomia, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022.

FAASC. **IG do Melato da Bracatinga**. 2021. Disponível em: <https://faasc.com.br/site/2021/07/22/ig-do-melato-da-bracatinga/>. Acesso em: 30 mar. 2023.

FLEMING, P. **The Death of Homo Economicus**. Londres: Pluto Press, 2017. 224 p.
GAZOLLA, M. Redefinindo as agroindústrias no Brasil: uma conceituação baseada em suas “condições alargadas” de reprodução social. Revista **IDeAS**, v. 7, n.2, p. 62-95, 2013.

GUIMARÃES, G. M.; SILVEIRA, P. R. C. Por trás da falsa homogeneidade do termo agroindústria familiar rural: indefinição conceitual e incoerências das políticas públicas. **VIII Congresso da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção**. São Luis/MA. 15p., 23 a 25 de junho de 2010.

HARDIN, G. The tragedy of the commons. **Science**, 162(3859), 1243–1248, 1968.
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário de 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

IGNÁCIO, O. M. C.; SOUZA, E. M. S. Gestão estratégica aplicada ao cooperativismo solidário: uma alternativa de fortalecimento para os agricultores familiares. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v.4, n. 4, p. 54-79.2008.

JEAN, B. Do desenvolvimento regional ao desenvolvimento territorial sustentável: rumo a um desenvolvimento territorial solidário para um bom desenvolvimento dos territórios rurais. In: VIEIRA, P. F.; CAZELLA, A. |A.; CERDAN, C.; CARRIÈRE, J. (org.). **Desenvolvimento Territorial Sustentável no Brasil**: subsídios para uma política de fomento. Florianópolis: Secco, 2010. Cap. 1. p. 49-76.

JESUS, P. de; TIRIBA L. Cooperación. In: CATTANI, A. D. (org.). **La otra economía**. Buenos Aires: Editorial Altamira, 2004. p. 85-95.

MAYR, E. Parte IV: evolução humana. In: MAYR, Ernst. **O que é a evolução**. Rio de Janeiro: Rocco, 2001. p. 269-304.

LACOUR, C. Les territoires, nouvelles ressources du développement. In: INRA, **Recherches pour et sur le développement territorial**. Symposium de Montpellier, 11-12 janvier, 2000.

LAVANDOSKI, J.; TONINI, H.; BARRETTO, M. Uva, vinho e identidade cultural na Serra Gaúcha (RS, Brasil). **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, v. 6, p. 216-232, ago. 2012.

MARQUES, V. M. **As associações de municípios e a regionalização do Estado de Santa Catarina**. 2003. 2004 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

MARSHALL, A. **Industry and Trade**. London: Macmillan, 1920.

MEDEIROS, M.; MARQUES, F. C.; TECCHIO, A.; CAZELLA, A. A. A constituição de uma novidade organizacional no Sul do Brasil: avanços e limites da participação da agricultura familiar. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v.58, p.1-16, 2020.

MILANO, M. Z.; CAZELLA, A. A. Cooperativismo e Associativismo no Enfoque da CBST: uma análise a partir da serra catarinense. In: BÚRIGO, F. L.; ROVER, O J. FERREIRA, R. G. **Cooperação e Desenvolvimento Rural: olhares sul americanos**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2021. p. 105-118.

MILANO, M. Z.; CAZELLA, A. A. Da governança da Indicação Geográfica à governança da Cesta de Bens e Serviços Territoriais: uma análise a partir da Teoria dos Comuns. **Revista Raízes**, Campina Grande, v.42, no1, p.74-92, 2022.

MOLLARD, A. Qualité et développement territorial: un outil d'analyse, la rente. In: **Symposium de Recherches Pour et Sur Le Développement Territorial**. Montpellier: Inra-Dapdp, 2001.

NIEDERLE, P. A.; WESZ JUNIOR, V. J. **As novas ordens alimentares**. Porto Alegre: Editora da Ufrgs, 2018. 429p. Acesso em: 12 fev. 2022.

OLSON, M. **The logic of collective action: public goods and the theory of groups**. Cambridge: Harvard University Press, 1965.

OSTROM, E. **Governing the commons: the evolution of institutions for collective action**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

PECQUEUR, B. A guinada territorial da economia global. Florianópolis, **Eisforia**, Florianópolis, n o 4, v. 4, p. 135-153, 2006a.

PECQUEUR, B. O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul. **Raízes**, Campina Grande, n o 24, v. 1-2, p. 10-22, 2005.

PECQUEUR, B. Qualidade e desenvolvimento territorial: a hipótese da cesta de bens e de serviços territorializados. **Eisforia**, Florianópolis, v. 4, n. 4, p. 135- 153, 2006b.

PLOEG, J. D. Van der. Mercados aninhados recém criados: uma introdução teórica. In: MARQUES, F. C.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. (Org.). **Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, p.21-52, 2016.

MCMMASTER, R.; NOVARESE, M. Neuroeconomics: Infeasible and Underdetermined. **Journal of Economic Issues**, v. 50, n.4, p. 963-983. 2016.



SANTOS, T. R. A. **Planalto Serrano**. 2022. InfoEscola. Disponível em: <https://www.infoescola.com/geografia/planalto-serrano/>. Acesso em: 29 maio 2022.

SARTORI, S.; MAGNANTI, N. J. **Sistematização do Território Serra Catarinense**: elaboração de propostas para o aprimoramento de políticas de desenvolvimento de territórios rurais, procurando integrá-las de forma coerente com a perspectiva agroecológica e desenvolvimento de metodologias de identificação e mapeamento de experiências. Lages: Centro Vianei de Educação Popular, 2021. 46 p.

SIMON, H. A. Rational Decision Making in Business Organization. **American Economic Review**, Pittsburgh, v. 69, n. 4, p. 493-513, set. 1979.

SOUZA, L. **As interfaces entre o enfoque da Cesta de Bens e Serviços Territoriais e a Marca Coletiva Sabor Serrano em Santa Catarina**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Florianópolis, 2021.

TECCHIO, A.; SOUZA, L.; CHECHI, L. A.; CAZELLA, A. A. Marcas coletivas e recursos territoriais específicos imateriais: estudo de caso de duas experiências brasileiras. In: APDEA, 1., 2022, Coimbra. **Anais [...]**. Coimbra: Escola Superior Agrária, 2022. p. 1-21.